

TRABALHOS SEM CORRENTES

A ESCRAVIDÃO
CONTEMPORÂNEA
NO BRASIL REVELA
FERIDAS ABERTAS E
MOSTRA COMO A FÉ E A
CONSCIÊNCIA COLETIVA
SÃO ESSENCIAIS PARA
A PROMOÇÃO DE
MUDANÇAS

◆ Nayá Fernandes ◆

Por trás de notícias frias e operações de resgate, o Brasil de 2026 ainda convive com cenas que parecem retiradas do século XIX. Em fazendas isoladas, oficinas clandestinas e até em grandes centros urbanos, trabalhadores seguem submetidos a condições degradantes, privados de liberdade, dignidade e direitos básicos. A chamada “escravidão moderna” não é metáfora, é realidade e tem um termo apropriado que é “trabalho análogo à escravidão”. Essa realidade vai além do trabalho em si, envolve casos de casamentos forçados e tráfico de pessoas.

Segundo estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), cerca de 50 milhões de pessoas vivem hoje em situação de trabalho análogo à escravidão. No Brasil, apenas em 2025, 2.772 pessoas foram resgatadas e um dado escancara a herança histórica: 83% delas eram pessoas negras.

DOIS CASOS RECENTES: QUANDO O PASSADO INVADE O PRESENTE

Em fevereiro de 2025, uma operação do Ministério do Trabalho resgatou dezenas de trabalhadores em uma fazenda no interior de Minas Gerais. Viviam em alojamentos improvisados, sem água potável, alimentação adequada ou equipamentos de proteção e segurança. Muitos haviam sido aliciados com promessas falsas e, ao chegar, contraíram dívidas que os impediam de sair, o que acontece por meio de um mecanismo clássico de servidão por dívida em que a pessoa já começa a trabalhar devendo o local em que está e a comida recebida, na maioria dos casos.

Poucos meses depois, em São Paulo (SP), fiscais encontraram trabalhadores imigrantes em uma confecção clandestina. Costuravam por mais de catorze horas por dia, dormiam no próprio local de trabalho e recebiam valores irrisórios. Seus documentos haviam sido retidos pelos empregadores, o que é outra forma de controle e coerção praticada principalmente com imigrantes e que, em muitos casos, evolui para o tráfico de pessoas.

Casos como esses não são exceções, eles revelam um sistema que, embora ilegal, sustenta-se na desigualdade social, no racismo estrutural e na naturalização da exploração. Além disso, casos de pessoas que vivem nas casas de seus patrões como se fossem pessoas da família, mas não recebem salário e são privadas de liberdade, também têm sido comuns.

“NENHUM SER HUMANO É ESCRAVO”

Para a pesquisadora Maria Cecília Domezi, doutora em Ciências das Religiões e referência nos estudos sobre Igreja na América Latina, a raiz do problema é profundamente ética e espiritual: “Nenhum ser humano é escravo. Ao contrário, na família humana cada pessoa é livre e digna segundo a criação e o projeto de Deus”, disse ela em entrevista à reportagem.

Ela lembra que documentos como a Encíclica *Laudato Si'*, do Papa Francisco, reforçam a ideia de uma casa comum, onde o cuidado deve ser mútuo entre pessoas e com o planeta, mas a realidade insiste em contrariar esse princípio: “Em pleno século XXI, mesmo com a inteligência artificial e todos os rápidos avanços científicos e tecnológicos, vigoram formas horríveis de roubo da liberdade, de uso e abuso de pessoas”, observa.

Domezi amplia o olhar: a escravidão moderna não se limita ao trabalho forçado, ela aparece também em casamentos compulsórios, tráfico humano, exploração infantil e violência de gênero.

AS INFLUÊNCIAS DA ESCRAVATURA HOJE

A escravidão formal pode ter sido abolida no século XIX, mas seus efeitos continuam vivos e dolorosamente visíveis. “As marcas do passado, não cicatrizadas, continuam latejando em cada ataque de



Imagem: Arquivo Pessoal

Maria Cecília Domezi.

racismo, em cada ato ou atitude de discriminação, abuso, violência, submetimento, assédio”, afirma Domezi.

No Brasil, a herança escravocrata se traduz em desigualdades persistentes: quem ocupa os trabalhos mais precarizados, quem é mais vulnerável à exploração e quem mais sofre com a violência institucional. Além disso, pesquisas mostram que em trabalhos forçados e domésticos ainda há uma predominância de pessoas pretas e pardas.

É o que está no artigo “O cuidado enquanto ocupação: em que condições?” publicado em 19 de março de 2025 e publicado no site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O artigo foi apresentado durante o seminário “Trabalho, cuidado e parentalidades”, promovido pelo instituto em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

“Entre as pessoas que declaram realizar trabalho doméstico ou de cuidados remunerados no Brasil, 69,9% são mulheres negras. Esse é o resultado da Pesquisa Nacional sobre Trabalho Doméstico e de Cuidados Remunerados, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pelo Ministério da Igualdade Racial (MIR), com 1.196 participantes. Do total de respondentes, 93,9% eram mulheres e 6,1% homens.

“O racismo associado à escravização é um vergonhoso traço de continuidade com o regime da escravatura, mal abolido aqui no fim do século XIX”, comenta Domezi.

TRABALHO: VOCAÇÃO OU EXPLORAÇÃO?

Na comemoração do Dia de São José Operário, celebrado em 1º de maio, a reflexão ganha contornos ainda mais urgentes para os cristãos, pois, na tradição cristã católica, o trabalho não é apenas meio de subsistência, mas expressão da dignidade humana.

“Trabalhar é uma vocação humana fundamental, na colaboração com a obra criadora de Deus”, recorda Domezi, ecoando a doutrina social da Igreja.

Desde a Encíclica *Rerum Novarum* (1891), a Igreja denuncia a exploração e afirma que o trabalho não pode ser tratado como mercadoria. Essa visão foi aprofundada ao longo do século XX e reforçada por pontífices ao longo dos séculos como São João Paulo II e o próprio Papa Francisco, que insistia que trabalho digno é condição para uma vida digna.

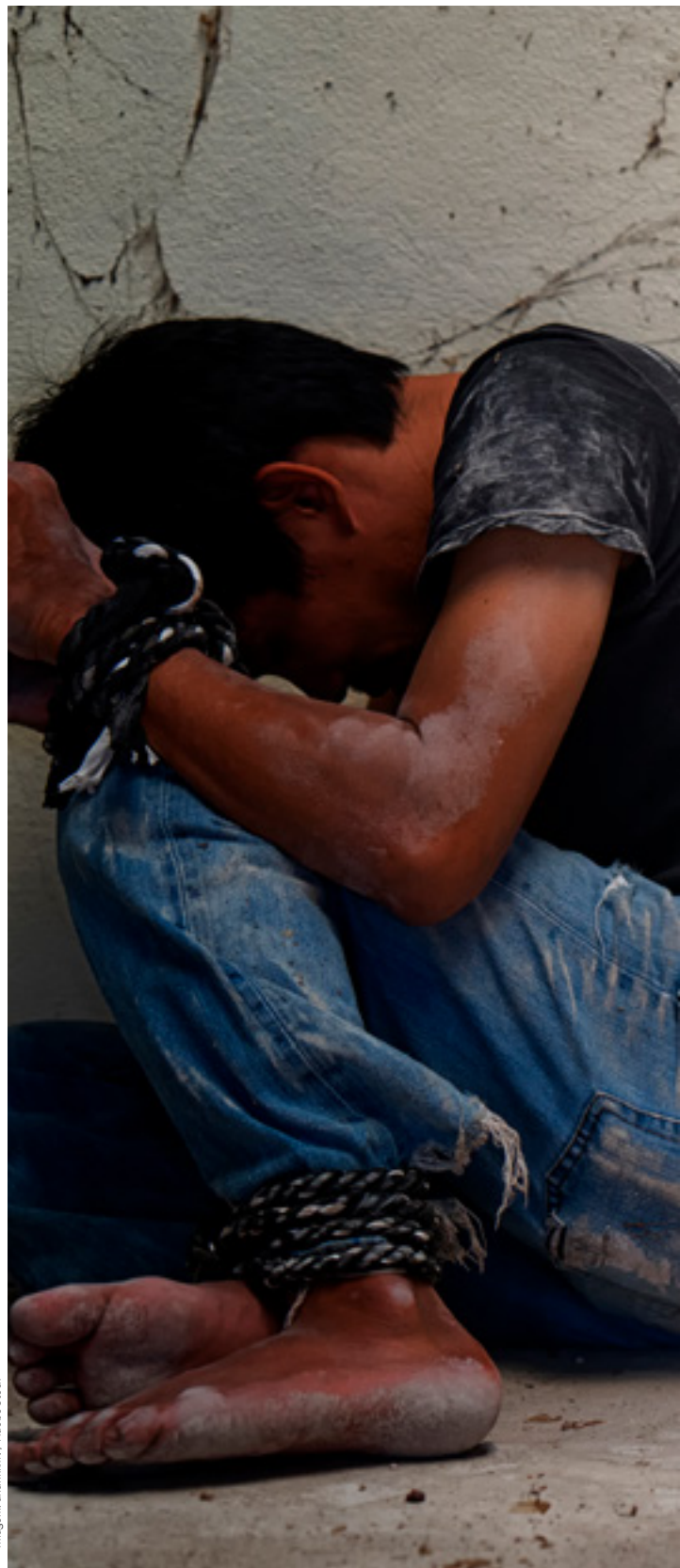


Imagem: anankim / Adobe Stock

No Brasil, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) tem papel histórico na defesa da dignidade humana e de condições melhores de trabalho. Durante a ditadura militar, bispos e comunidades eclesiais de base apoiaram trabalhadores e denunciaram injustiças, muitas vezes sob risco. Hoje, esse compromisso continua.

Um dos nomes atuais ligados à pauta do trabalho digno é Dom Vicente Ferreira, que atua junto à Comissão Pastoral da Terra. Ele tem denunciado reiteradamente casos de trabalho escravo contemporâneo e defende fiscalização rigorosa e políticas públicas de proteção aos trabalhadores, especialmente no campo.

Para a pesquisadora, há ainda um ponto central que não pode ser ignorado: “A forma de economia e mercado que vigora em nosso mundo é pecaminosa. É uma forma que explora e mata”. A afirmação é forte e revela que o problema da escravidão contemporânea não é apenas legal ou moral, mas é também estrutural. Ele está enraizado em modelos econômicos que priorizam o lucro acima da vida.

ENTRE A DENÚNCIA E A ESPERANÇA

Durante a 62ª Assembleia-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que aconteceu em Aparecida (SP) de 15 a 24 de abril de 2026, a Comissão Episcopal para a Ação Sociotransformadora (Cepast-CNBB) propôs aos bispos o debate sobre políticas públicas voltadas aos direitos do trabalhador, com foco especial no Tema 1389 em debate no Superior Tribunal Federal (STF).

Durante o evento, Dom José Reginaldo Andrietta, bispo referencial da Pastoral Operária, afirmou: “Há um avanço da ‘pejotização’ irrestrita nas relações de trabalho no Brasil, com consequências gravíssimas. As condições de trabalho já são, em geral, muito precárias, em um cenário onde a informalidade atinge 43% da população economicamente ativa. Ao estabelecer que os contratos passem a ser de pessoa jurídica, perdem-se direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho [CLT], o que aprofunda ainda mais a precarização”. A iniciativa mostra a relevância do tema e como os bispos têm se posicionado sobre as mais diversas formas de manutenção dos direitos e da dignidade dos trabalhadores.

Se os casos recentes como os citados no início desta reportagem chocam, eles também revelam

algo importante: há fiscalização, há resgates, há resistência. Há quem denuncia, quem luta, há quem continua trabalhando para que as pessoas sejam respeitadas em seus direitos.

Maria Cecília Domezi nos lembra que, embora a escravização tenha ficado no passado, é importante “acabar com toda e qualquer forma de escravização”.



Imagem: AungMye / Adobe Stock

CAMINHOS POSSÍVEIS: DA DENÚNCIA À TRANSFORMAÇÃO

Diante de um cenário tão complexo, o que fazer? Domezi aponta que a resposta passa por múltiplas frentes: “O cuidado com quem sofre ‘rasteiras’ e ‘pisoteios’ em sua dignidade humana (...) inclui proximidade, compaixão, solidariedade concreta”.

Não basta solidariedade individual. É necessário agir coletivamente:

- Fortalecer redes e movimentos sociais;
- Pressionar instituições públicas;
- Apoiar organizações de defesa dos trabalhadores;
- Investir em educação e conscientização;
- Combater o racismo estrutural.

Ela também destaca o papel das pastorais sociais e da própria Igreja: “Apoiar supõe somar-se aos movimentos sociais, às organizações da sociedade civil, à educação para a valorização da cultura afro, o respeito e o diálogo”, afirma.●